

Sinado

QUEBRA DE DECORO

Em reação à absolvição de Renan, adversários do Planalto querem complicar votações de medidas provisórias, como a que cria 660 cargos comissionados e a secretaria de Mangabeira Unger

Projetos do governo são o alvo

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

A oposição promete implantar a estratégia de “pauta seletiva” para protestar contra a absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Nem os opositores definiriam ainda o que vão boicotar, e ontem ganharam um prato cheio para infernizar a articulação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso: entraram na pauta do Senado cinco medidas provisórias (MPs) que só poderão ser votadas a partir de quinta-feira. Antes disso, nada poderá ser apreciado. Entre as MPs, está a de número 377 que criou 660 cargos comissionados e a Secretaria de Longo Prazo, do ministro Mangabeira Unger.

Atacar a criação de cargos públicos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para contentar apadrinhados é um dos esportes preferidos da oposição, que já prepara discursos contra a MP e tentará derrubá-la. O governo terá de se desdobrar para aprová-la. Ainda tem um mês para tentar negociar, quando

vence o prazo de validade do texto. No dia 19 de outubro, a medida provisória perderá seus efeitos se não for aprovada. Mas se decidir arrastar a negociação, os aliados manterão o plenário do Senado paralisado.

Na próxima semana, nem aliados nem opositores terão muito a fazer. Há um acordo no Senado para garantir pelo menos duas sessões deliberativas (quando estão previstas votações) para análise de medidas provisórias com prazo de tramitação vencido. Com isso, as MPs só poderão ser votadas a partir de quinta-feira. Como as relações entre os senadores ainda estão estremecidas depois da absolvição de Renan, dificilmente haverá acordo para superar esses prazos.

Mas se já ganharam na lista uma MP que poderá criar muitos problemas ao governo, a oposição também terá de discutir outra medida provisória que trará dificuldades à própria estratégia dos adversários do governo. A MP de número 376 altera o Orçamento para destinar R\$ 15,7 bilhões a estados e municípios exportadores. Na quinta-feira

Iano Andrade/CB - 12/9/07



AGRIPINO MAIA ADIANTA: “NA PRÓXIMA SEMANA, A PRIORIDADE DO DEMOCRATAS É A CPI DAS ONGS”

passada, eles definiram que iriam boicotar MPs com alteração no Orçamento. Mas a liberação dos recursos é exigência dos governadores, especialmente de

alguns tucanos, como Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul. Os adversários do Palácio do Planalto ainda irão se reunir para definir quais itens da pauta

consideram importantes aprovar.

Nos planos opositores, a intenção é transformar o plenário, sem votações, em palco de manifestações contra o presidente do

Senado. E pôr para funcionar a CPI das ONGs. “Na próxima semana, a prioridade do Democratas é a CPI das ONGs. Antes de a comissão ser instalada, não se vota nada”, ameaça do líder do DEM no Senado, José Agripino (RN). O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) reuniu assinaturas suficientes para criar a CPI e os líderes já indicaram seus integrantes. Falta apenas reunir senadores para a primeira reunião da comissão. O que parece ser um procedimento simples, porém, arrasta-se há quase um ano.

Um dos motivos alegados para a dificuldade de instalação da comissão está a insatisfação da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), com a indicação de seu adversário político Raimundo Colombo (DEM-SC) para ocupar um dos postos de direção da CPI. Mas ao governo também não interessa criar uma comissão que poderá investigar contratos da Petrobras com pelo menos três ONGs. Até a oposição tinha reduzido seu interesse pela comissão, renovado há dois meses quando surgiram denúncias de irregularidades em contratos com a estatal.